

Tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no ensino superior: a gestão de uma política na Ufes



Andrew Victor Thomé Bizzo | Universidade Federal do Espírito Santo | andrew.bizzo@ufes.br

Pedro Henrique Witches | Universidade Federal do Espírito Santo | pedro.witches@ufes.br

1 INTRODUÇÃO

- O crescente ingresso de estudantes surdos no ensino superior tem possibilitado a implementação e regulamentação de atividades de tradução e interpretação da Libras e da língua portuguesa em diferentes instituições pelo país.
- Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado sobre em andamento sobre políticas de tradução e interpretação no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

2 OBJETIVO

Discutir aspectos de gestão da política de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no contexto da Ufes.

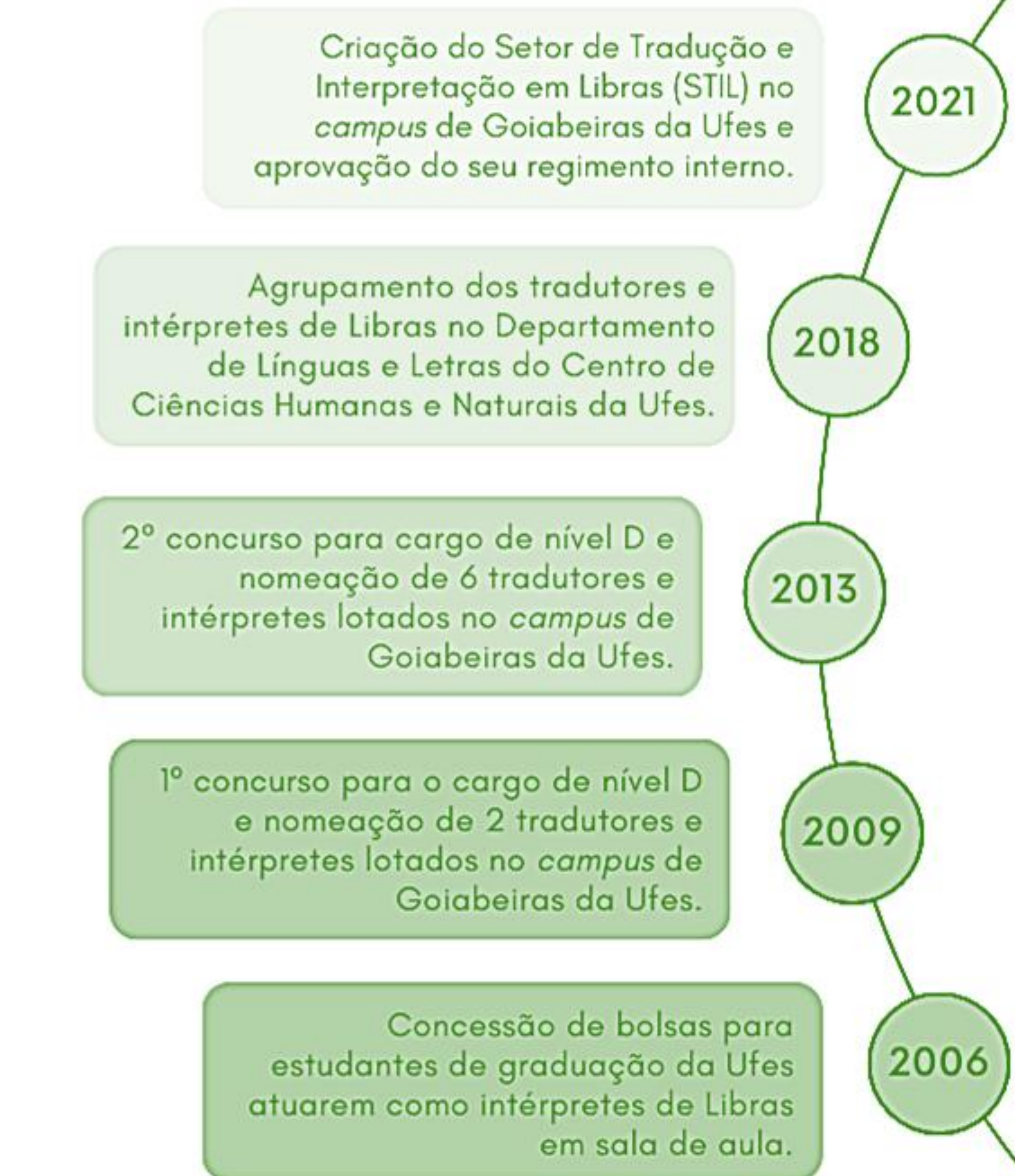
3 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

- Pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo documental.
- Material: 10 documentos que tratam das atividades de tradução e interpretação no âmbito da Ufes como editais de contratação, nomeações no Diário Oficial da União, portarias, atas de reunião departamental e regimentos institucionais.
- Período do material: de 2006 e 2021.
- Análise documental a partir do modelo teórico de políticas linguísticas de Spolsky (2009; 2016) e em autores que tematizam políticas de tradução (Meylaerts, 2010; Gonzáles Núñez, 2014; Santos; Francisco, 2018; Santos; Veras, 2020).

4 PRINCIPAIS RESULTADOS

Identifica-se transformações no processo de regulamentação das atividades tradutórias e interpretativas de Libras e língua portuguesa na instituição que podem ser agrupadas em pelo menos três movimentos nas duas primeiras décadas do século XXI:

- a) o financiamento da interpretação simultânea para Libras em sala de aula por meio de bolsas concedidas a estudantes bilíngues;
- b) a transformação dos trabalhos de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa em serviço público na esfera administrativa federal;
- c) e os processos de setorização da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa na instituição.



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

5 CONCLUSÃO

- A trajetória documentada da regulamentação dessas atividades possibilita compreender parte dos aspectos da gestão de uma política de tradução e interpretação em domínios institucionais públicos.
- Discussões como essa podem subsidiar reflexões sobre desafios e avanços relacionados com a tradução e a interpretação em contexto de serviços públicos.



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM LINGÜÍSTICA



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia,
Inovação e Educação Profissional



Accesse o resumo
deste trabalho em
Libras pelo QR
code ao lado:



REFERÊNCIAS

- GONZÁLES NÚÑEZ, G. **Translating for linguistic minorities: translation policy in the United Kingdom**. 2014. 410 f. Tese (Doutorado) — Department of English and German Studies, Universitat Rovira I Virgili, Leuven, 2014.
- MEYLAERTS, R. Translation policy. In: GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. (ed.). **Handbook of Translation Studies Online**. Holanda: John Benjamins Publishing Company, 2010. p. 163–168.
- SANTOS, S. A.; FRANCISCO, C. Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas? **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2939–2949, 2018.
- SANTOS, S. A.; VERAS, N. C. O. Políticas de tradução e de interpretação: diálogos emergentes. **Travessias Interativas**, São Critóvão, v. 10, n. 22, p. 332–351, 2020.
- SPOLSKY, B. **Language Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SPOLSKY, B. Para uma teoria de políticas linguísticas. Trad. Paloma Petry. **ReVEL**, [s. l.], v. 14, n. 26, p. 32–44, 2016.

APOIO FINANCEIRO



APOIO GOVERNAMENTAL



REALIZAÇÃO

